



Eunício discute com ministros segurança na eleição e no Ceará

Presidente do Senado fez propostas a Fux, do TSE, para evitar fraudes nas eleições e debateu com Jungmann centro de inteligência no Nordeste



O presidente do Senado, Eunício Oliveira (C), acompanhado do senador Antonio Anastasia (D), debate com Luiz Fux, do TSE, medidas como identificação biométrica

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, se reuniu ontem com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Fux, para tratar da segurança nas eleições de outubro. Eunício sugeriu que o registro biométrico alcance o máximo de eleitores possível. Em outro encontro, Eunício discutiu com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e com o governador do Ceará, Camilo Santana, a instalação de um centro de inteligência no Nordeste. O Ceará será o primeiro estado a receber a estrutura, que será integrada a um centro em Brasília para combater o crime organizado. **3**

Faltam negros na política, apontam especialistas

Debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos concluiu que falta representatividade da população negra na política brasileira. Dos 81 senadores, 3 são negros. Dos 513 deputados federais, 24 são negros.

Dos 5.570 prefeitos, 1.604 são negros. Dos 27 governadores, nenhum é negro.

Autor do pedido para a realização da audiência, Paulo Paim disse que o negro não tem estrutura financeira para se candidatar. **4**



Paim (4º à esq.) comandou o debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a participação dos negros na política



Magalhães fala sobre Venezuela durante sabatina em reunião presidida por Collor

Vai a Plenário indicação de representante do Brasil na OEA

A indicação do diplomata Fernando Simas Magalhães para representante permanente do Brasil junto à OEA foi aprovada pela Comissão de

Relações Exteriores e segue ao Plenário. Também foi aprovado um acordo com a China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira. **2**

Executivo envia ao Congresso prestação de contas de 2017

Chegou ontem ao Congresso Nacional a prestação de contas do Executivo federal. Como previsto na Constituição, o documento foi entregue também ao Tribunal de Contas da União, que deverá emitir parecer para embasar a análise da Comissão Mista de Orçamento, cujo relatório deve ser votado separadamente pela Câmara e pelo Senado. **3**

Cristovam e representantes da ONU abrem curso do ILB

O senador Cristovam Buarque e representantes da ONU participaram da aula magna da pós-graduação em justiça social, criminalidade e direitos humanos do Instituto Legislativo Brasileiro. O curso de especialização lato sensu do ILB é pioneiro no estudo aprofundado dessas áreas. A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, também participou da aula. **3**

Filantrópicas dão retorno à sociedade, diz debate

Uma série de medidas do governo tem dificultado a renovação ou a conquista da certificação que permite que as instituições filantrópicas tenham isenção de impostos previdenciários, disseram os participantes

de debate ontem na Comissão de Assuntos Sociais. Eles destacaram que as entidades de assistência social geram alto retorno e não devem ser consideradas “vilãs” das contas públicas. **4**



Custódio Pereira, Douglas Carneiro, Ana Amélia, Claudemir Malaquias e Pedro Mello em debate sobre filantrópicas

Comissão aprova nome de novo representante na OEA

Indicação de Fernando Magalhães vai a Plenário. Na sabatina de ontem, ele foi questionado sobre as ações da Organização dos Estados Americanos em relação a crise política e humanitária na Venezuela

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Fernando Simas Magalhães para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja sede fica em Washington. A análise da indicação segue ao Plenário. Na sabatina, Magalhães foi questionado por diversos senadores sobre as ações da OEA quanto à crise na Venezuela.

Alguns senadores, como Lasier Martins (PSD-RS) e Cristovam Buarque (PPS-DF), quiseram saber se de fato o organismo possui condições de estabelecer uma interlocução efetiva com o país caribenho, “sem ferir a soberania venezuelana, mas também sem se omitir”, como frisou Cristovam.

Lasier acrescentou que o Brasil e outras nações da



Fernando Simas Magalhães na sabatina dirigida por Fernando Collor

região criaram o Grupo de Lima, que pediu a expulsão da Venezuela da OEA por entender que o país não mais respeita a democracia e os direitos humanos. O senador lembrou que o referido grupo foi criado justamente com o intuito de pressionar a Venezuela fora do âmbito da OEA, pois o país mantém

fortes laços econômicos e diplomáticos com outras nações caribenhas da organização, que bloqueiam iniciativas que possam prejudicar o governo de Nicolás Maduro.

Na resposta, Magalhães fez questão de frisar que a OEA não vem se omitindo em relação à crise política, econômica e social por que passa a Venezuela. Ele entende que a criação do Grupo de Lima fez avançar os debates sobre a condição política e de respeito aos direitos humanos naquele país dentro da OEA, e considera positivo que o grupo defenda que governo e oposição busquem uma saída negociada para a superação da crise.

O diplomata reforçou que a OEA vem atuando efetivamente junto à ONU, à Colômbia e ao Brasil no atendimento aos migrantes venezuelanos que têm buscado estes dois países. De acordo com ele, na verdade é a Venezuela quem vem se omitindo em relação à OEA, pois o país desaprova a condução dada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos à questão.

— Por causa disso eles pediram para sair da OEA no ano passado, o que pode de fato acabar acontecendo em maio do ano que vem, pois, segundo as regras do organismo, estes processos de retirada devem durar dois anos — esclareceu o diplomata.

Acordo Brasil-China é aprovado por colegiado e será votado no Plenário

Depois da sabatina do diplomata, a CRE aprovou um acordo assinado entre Brasil e China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira (PDS 18/2018). A análise do acordo segue agora para o Plenário do Senado.

O texto determina que, a pedido e na medida do possível, as autoridades aduaneiras deverão manter especial vigilância e compartilhar informações relativas ao tráfico de drogas. O mesmo se dará em relação a pessoas, mercadorias, locais e meios de transporte sob suspeita ou já sabidamente reconhecidos na prática de infrações aduaneiras.

O relatório pela aprovação, feito por Ana Amélia (PP-RS), foi lido por Cristovam Buarque (PPS-DF). Ele con-

sidera o acordo como “um instrumento internacional da maior relevância”.

— Acordos dessa natureza estabelecem o intercâmbio de informações entre aduanas e constituem instrumentos importantes para a facilitação do comércio, além de atuarem como ferramentas valiosas contra a fraude no comércio internacional — apontou o senador.

Ele lembrou que o acordo está sendo efetivado num momento de tensão nas relações comerciais entre EUA e China, em que ambas as nações têm unilateralmente aumentado as tarifas de importação de diversos produtos. Para Cristovam, o acordo entre Brasil e China tem o viés oposto, e visa à facilitação das trocas comerciais.

Roberto Requião diz que decisão do STF atropela o Congresso e a Constituição

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que negou, por 6 votos a 5, o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



do art. 5º, inciso LVII, que estabelece a presunção de inocência e afirma que ninguém pode ser preso até uma sentença transitada em julgado. Seis senhores ministros atropelaram o Congresso Nacional e a nossa Constituição.

— O Supremo esqueceu-se

Senado fará sessão especial para debater questão do autismo

O Senado vai promover sessão especial para celebrar o Dia do Orgulho Autista, em 18 de julho. O requerimento de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi aceito na quarta-feira pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira.

— Essa sessão especial é

para haver um debate nesta Casa sobre essa questão da visibilidade das pessoas com autismo.

De acordo com estimativa da Organização das Nações Unidas, cerca de 1% da população mundial sofre com o transtorno.

Sancionada lei que institui dia voltado a atividades físicas

A última quarta-feira de maio será celebrada como o Dia Nacional do Desafio, para que empresas, órgãos públicos, escolas e outros estabelecimentos proponham atividades físicas e esportivas à população. É o que determina a Lei 13.645, de 2018, sancionada e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei teve origem no Projeto de Lei da Câmara 73/2008, aprovado no Senado em 2010 e novamente na Câmara em dezembro. Segundo o autor, deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), a ideia é que todos pratiquem pelo menos 15 minutos diários de atividades físicas ou esportivas, por meio de competições simbólicas entre várias cidades do mundo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

CDH Tráfico e abuso de crianças
9h30 Audiência sobre desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Eunício debate segurança na eleição e no Ceará

Presidente do Senado propôs ontem a Fux medidas para evitar fraudes nas eleições e discutiu com Jungmann e Camilo Santana instalação de centro de inteligência no Nordeste

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se ontem com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, para debater a segurança nas eleições deste ano. O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) também participou do encontro.

A preocupação principal é garantir que não ocorra fraude no processo eleitoral de 2018.

O presidente do Senado sugeriu a adoção de algumas medidas que garantam a segurança das eleições, como a biometria — identificação por impressões digitais. Eunício defende que o registro biométrico alcance o maior número de pessoas possível.

A intenção é dar mais segurança para o reconhecimento individual do eleitor no momento do voto sem se basear apenas nos documentos (identidade e título de eleitor) e evitar que eleitores portando mais de um título ou utilizando



Eunício (D) reúne-se com o governador Camilo Santana (E) e o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann

do documentos de pessoas já falecidas cometam fraudes.

Outra proposta sugerida por Eunício foi o cruzamento de dados do número de votantes e de quem justifica ausência na votação.

Segundo o senador, por meio desse cruzamento de informações, seria possível

identificar fraudes.

Eunício disse que Fux foi receptivo às propostas e que também está comprometido com a segurança das eleições.

Ceará

O presidente do Senado também se reuniu ontem com o governador do Ceará, Camilo

Santana, e com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. Na pauta do encontro, a questão da segurança pública no estado.

O Ceará receberá o primeiro Centro Integrado de Inteligência do Nordeste. A unidade será a primeira de cinco que serão implantadas no país e

integradas a um centro nacional em Brasília para combater o crime organizado

— O governador pediu que fosse agilizada a instalação do centro. Além disso, conversamos também sobre o pedido de liberação pelo Exército de 13 mil armas compradas pelo governo. Vou solicitar, por meio do ministro da Defesa, que seja agilizada a liberação dessas armas porque é muito importante para o Ceará — explicou Jungmann.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade de intervenção no estado, Jungmann descartou a ideia.

— Não foi feita nenhuma solicitação nesse sentido. Não existe nenhum tipo de planejamento ou preparo a respeito de qualquer intervenção. Acredito que o estado tem força e capacidade de superar esses problemas — disse o ministro.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Congresso e TCU recebem contas presidenciais de 2017

O Congresso Nacional recebeu ontem a prestação de contas do presidente da República, Michel Temer, relativa ao ano de 2017. O documento contém informações sobre o desempenho da economia no ano passado, a execução orçamentária do governo, incluindo as estatais, a atuação por área temática, como saúde, meio ambiente e defesa, e as demonstrações contábeis da União.

A prestação de contas é uma exigência da Constituição, que dá prazo de 60 dias ao governo, após o início dos trabalhos legislativos, em fevereiro, para enviar o material ao Congresso. O documento será analisado agora pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O Tribunal de Contas da União (TCU) também recebe o material e tem 60 dias para aprovar o parecer prévio, que é remetido à CMO para subsidiar a análise dos deputados e senadores. A decisão de aprovar ou não as contas presidenciais é dos congressistas.

A competência do Congresso Nacional para julgar as contas do presidente da República faz parte do controle político dos atos do governo. O julgamento é político, ou seja, não se baseia em critérios unicamente técnicos, ainda que estes sejam relevantes.

A prestação de contas ganhou notoriedade em 2015, quando o TCU recomendou ao Congresso a rejeição das contas de 2014 da então presidente Dilma Rousseff. Entre as irregularidades apontadas pelo tribunal estavam as chamadas “pedaladas fiscais” — atrasos no ressarcimento do Tesouro Nacional para bancos públicos e o FGTS, que pagaram despesas relativas a programas sociais e econômicos do governo.

Pendentes

As contas não chegaram a ser analisadas pela CMO. O relator na comissão, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou parecer favorável a Dilma Rousseff, com algumas ressalvas, mas o texto não foi votado. No momento, estão pendentes de análise no colegiado as contas de 1990 e 1991 (governo Fernando Collor), e as de 2014 a 2016.

Depois de passar pela comissão, as contas presidenciais são votadas separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

As contas dos anos de 1992 (Collor), 2002 (Fernando Henrique Cardoso), 2003 a 2010 (Luiz Inácio Lula da Silva), e 2011 a 2013 (Dilma) já passaram pelo colegiado e aguardam análise das duas Casas legislativas. Dessas, a única reprovada foi a do ex-presidente Collor.

Da Agência Câmara



Maurício Wanderley, Yukio Takasu e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, na primeira aula no ILB

Conselheiro da ONU abre curso sobre justiça social

A aula magna da pós-graduação em justiça social, criminalidade e direitos humanos do Instituto Legislativo Brasileiro foi aberta na quarta-feira por representantes das Nações Unidas com a presença do senador Cristovam Buarque (PPS-DF). O curso de especialização lato sensu é pioneiro no estudo aprofundado das questões de justiça social, criminalidade e direitos humanos no Brasil.

Conselheiro especial sobre segurança humana do secretário-geral da ONU, António Guterres, e palestrante da aula magna, Yukio Takasu afirmou que a segurança humana precisa ser abrangente no combate aos conflitos entre países, aos homicídios e à criminalidade. Mas, para isso, deve-se voltar para o indivíduo e sua dignidade como ser humano.

— O direito humano em sua essência é obrigação do Estado para com seu povo. Mas ele não garante a segurança completa. A segurança humana promove a base para uma vida digna — afirmou, ao insistir que é preciso mais do que forças militares para

garantir que o indivíduo sobreviva à fome, às doenças e aos desastres naturais e, independentemente de raça, etnia, religião, status social e gênero, tenha a liberdade de não ter medo.

Takasu mencionou a crise no sistema prisional, a desconfiança da população na polícia e na Justiça e disse que para reduzir a criminalidade é preciso ter controle de armas e drogas e melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Valor maior

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, transmitiu mensagem do presidente da Casa, Eunício Oliveira, pedindo que os pós-graduandos honrem a iniciativa e adquiram consciência do respeito ao próximo como “valor maior” da sociedade.

O diretor-geral da Câmara, Lúcio Henrique Xavier Lopes, mencionou a passagem dos 50 anos da morte do líder negro Martin Luther King Jr. e falou aos estudantes uma frase do pastor batista norte-americano: “Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que seja toda a escada. Apenas dê

o primeiro passo”.

O diretor-geral do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), Maurício Wanderley, considerou a realização do curso “de grande relevância para que se trate a questão da segurança de forma técnica e capacitada”.

Também falaram a diretora-geral do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente (Ilanud), María Cecilia Sánchez Romero, o coordenador-geral do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime, Edmundo Oliveira, o secretário-geral do comitê, Eduardo Leite, o embaixador da Áustria em Portugal, Thomas Stelzer, o professor Matías Bailone, secretário da Corte Suprema de Justiça da Argentina, e o professor Eugenio Raúl Zaffaroni, juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O curso é uma ação conjunta do Senado, Câmara dos Deputados e TCU, em parceria com o Ilanud.

Debate: Brasil tem poucos negros na política

Audiência na Comissão de Direitos Humanos discutiu a representatividade da população negra nas esferas de poder. Para procuradora do MPT, faltam ações afirmativas

FALTA REPRESENTATIVIDADE DA população negra na política brasileira. A constatação foi consenso entre os participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o protagonismo negro nas esferas de poder.

Para o autor do requerimento da reunião, Paulo Paim (PT-RS), há predominância de brancos na política brasileira e isso se reflete de forma negativa nas ações afirmativas em prol do protagonismo negro.

— Queremos saber como será a participação da comunidade negra no Fundo Partidário. A pobreza tem cor. O negro, geralmente, não tem estrutura financeira para se candidatar e se eleger — argumentou o senador.

Poder

O presidente do Núcleo de Pesquisa Biblioteca Clóvis Moura da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Tadeu Kaçula, citou dados para demonstrar a pouca representatividade negra nas esferas do poder.

— Dos 513 deputados federais, 24 são negros. Dos 81 senadores, 3 são negros. Dos 5.570 prefeitos, 1.604 são negros. Dos 57.838 vereadores, 24.282 são negros. Dos



Paulo Paim (4º à esq.) comanda a audiência pública sobre o protagonismo negro nas quatro esferas de poder

governadores dos estados e do Distrito Federal, nenhum é negro. Dos ministros do STF, nenhum é negro. Não dá mais para deixar de discutir e participar, sobretudo diante do cenário político em que vivemos — afirmou.

A representante do PSOL do Distrito Federal, Keka Bagno disse que o assassinato da vereadora Marielle Franco representa uma tentativa de impedir a ascensão do protagonismo negro.

— A gente precisa ocupar uma mesa com pessoas negras para falar de outras pautas que não sejam sobre negros. A gente é capaz de discutir outros assuntos. Quando uma mulher negra pega o microfone, há tentativa de infantilizar a fala dela. Como um partido político pode conseguir nos

assegurar nossa plena dignidade do fazer político? Como a gente faz para não ficar em casa?

Eleição

Para os debatedores, em ano de eleição é ainda mais importante discutir políticas públicas voltadas para a comunidade negra.

Para o ativista em direitos humanos da ONG Educafro, César Augusto dos Santos, é preciso mostrar que a população negra corresponde a 54% dos brasileiros.

— Se quisermos ser incluídos na sociedade brasileira, precisamos estar à frente de um projeto nacional para falar de sustentabilidade, reforma tributária e relações internacionais.

A procuradora do Trabalho

Valdirene Silva de Assis disse que a temática é importante para toda a população e não só para os negros. À frente da Coordigualdade, uma coordenação do Ministério Público do Trabalho responsável pela promoção da igualdade de oportunidades e pelo combate à discriminação, Valdirene recomendou que o Brasil seja atuante na política de ações afirmativas, assim como os Estados Unidos têm feito nas últimas décadas.

— Lá, as pessoas estão no mercado de trabalho, nas universidades, nos órgãos de imprensa e em programas de consciência social. Essas ações foram essenciais na construção da classe média negra americana e levaram um maior número de negros para universidades.

Comissão debate desaparecimento, tráfico e abuso de crianças hoje

Desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças. Esses temas serão discutidos hoje em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O pedido é do vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Entre os convidados, estão o delegado de Polícia Federal e chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet, Pablo Bergmann, a secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Berenice Maria Giannella, e o presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Joel Gomes Moreira Filho.

O debate interativo está marcado para às 9h30 na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Filantropias dão retorno e não são vilãs, opinam especialistas

Instituições filantrópicas recebem isenções do governo, mas geram alto retorno e não devem ser consideradas “vilãs” das contas públicas. Este foi o entendimento da maioria dos participantes da audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a relevância dessas organizações, ontem.

Elas estão enfrentando problemas, já que uma série de medidas do governo tem dificultado a renovação ou a conquista da Certificação de Entidades de Assistência Social (Cebas), responsável pela isenção de impostos previdenciários. A reforma da Previdência (PEC 283/2017, na Câmara) propõe o fim desses benefícios fiscais.

Para demonstrar se há qualidade no gasto estatal e a contrapartida que dão, os palestrantes defenderam a edição de regras que proporcionem transparência e sistematização aos dados das filantrópicas, unificando as informações dos três ministérios ligados ao tema (Saúde, Educação e Assistência Social) mais a Receita Federal.

Utilidade pública

Os dados sistematizados evidenciariam o quanto as filantrópicas dão de retorno à sociedade e isso daria mais critérios para o poder público tomar decisões, frisou o presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas

(Fonif), Custódio Pereira. A senadora Ana Amélia (PP-RS), que pediu a audiência, prometeu acompanhar a questão.

Pereira lembrou que mais de 50 setores econômicos são beneficiados com desonerações fiscais — como o automobilístico — mas apenas a filantropia está sob foco. De acordo com ele, que citou estudo encomendado pela Fonif, para cada R\$ 1 investido pelo Estado nas filantrópicas certificadas, R\$ 5,92 retornam para a sociedade, e a população não sabe desse trabalho. No Brasil, em média, 41% dos hospitais que atendem pelo SUS são filantrópicos, disse.

— A arrecadação total da Previdência é de R\$ 348 bi-

lhões. A imunidade dada às filantrópicas representa 2,87% [R\$ 10 bilhões], portanto, elas não são responsáveis pelo problema da Previdência. Pelo contrário, são importante braço para o governo e dão retorno a esse investimento, a esse recurso que é dado a elas.

Saúde

Nos atendimentos de saúde, os números da filantropia são expressivos, apontou a audiência. De acordo com o responsável pela área que concede o Cebas no Ministério da Saúde, Bruno Carrijo, 40% dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) são ofertados por estabelecimentos filantrópicos. São 1.731 municípios com filantrópicos, e 55,9% desses municípios têm apenas esse tipo de hospital. As instituições se concentram nas Regiões Sul e Sudeste. No Rio Grande do Sul, chegam a representar 70% da rede, número mais elevado que a média nacional.

Carrijo destacou que 58,95% de todas as internações de alta complexidade no SUS são realizadas por hospitais filantrópicos: 69,35% de rádio

e quimioterapias e 58,14% de transplantes de órgãos e tecidos, como córneas.

O representante da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que é preciso cuidado na concessão de benefícios fiscais para qualquer setor, já que a arrecadação tende a não conseguir financiar a Previdência no futuro. Ele defendeu a revisão da tributação sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas e dos benefícios fiscais concedidos com base na redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e das Contribuições Sobre o Lucro Líquido e do PIS/Cofins. Para fugir da tributação, pessoas físicas se tornam jurídicas para pagar menos imposto sobre a renda, exemplificou.

Malaquias cobrou fiscalização rigorosa das instituições beneficentes, para que ocorra a rápida exclusão das que não cumpram os requisitos legais, com a cassação do Cebas e, assim, a Receita possa cobrar o benefício fiscal usufruído irregularmente. Só em 2016, 197 entidades tiveram que recolher impostos atrasados.

— No ano, toda a renúncia ficou em R\$ 10,5 bilhões.



Representante do Ministério da Saúde, Bruno Carrijo fala em audiência pública presidida por Ana Amélia